

TERRITORIALIZAÇÃO DOS ODS: como estimular as agendas relacionadas à gestão sustentável nas cidades

Ana Crhistina Vanali

RESUMO

O propósito deste estudo é trazer à tona a discussão sobre a municipalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ou seja, como os municípios podem as ações das prefeituras municipais, em parceria com o setor privado e as organizações da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais (ONGs), universidades, fundações, movimentos sociais, entre outros, são estratégicas e de grande importância para a implementação dos objetivos de sustentabilidade, uma vez que é nas cidades que estão concentrados os crescimentos populacional e econômico.

Palavras-chave: Sustentabilidade nas organizações. ODS. Municipalização. Agenda 2030.

1. Introdução

A busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a questão ambiental tem como marco histórico a Conferência de Estocolmo ocorrida em 1972. O Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1987, assumiu um posicionamento crítico quanto ao modelo de crescimento econômico predatório vigente à época e destacava que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (ROMEIRO, 2012).

Nas décadas seguintes, diversas conferências internacionais lideradas pelas Nações Unidas tiveram iniciativas semelhantes e trouxeram para o centro do debate a relação do homem com o planeta. Em setembro de 2015, a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável aprovou o documento intitulado ‘Transformando nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável’. Chefes de Estado de 193 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), assumiram o compromisso de liderar os esforços para a realização de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que, juntos, somam 169 metas globais, monitoradas por 234 indicadores das áreas social, ambiental e econômica (ONU, 2015, p. 1). Os desafios colocados a esses países se fazem, de um lado pela promoção do desenvolvimento sustentável, conforme o Relatório de Brundtland (WCED, 1987), e de outro pela implantação de políticas públicas direcionadas à transformação das

sociedades, uma vez que o documento da Agenda 2030 inclui as dimensões da corresponsabilidade e da parceria como necessárias ao desenvolvimento.

O desenvolvimento é um processo multifacetado e envolve as dimensões econômica, social e ambiental de um país, de um estado ou de um município. Entretanto, as suas dimensões territoriais e culturais são fundamentais nesse processo.

É nesse sentido que se insere o objetivo do presente ensaio, que é o de apresentar a interface e as oportunidades existentes entre os indicadores propostos pela Agenda 2030. Mais especificamente, buscar-se-á realizar uma leitura do sistema de indicadores com dois objetivos específicos. O primeiro o de destacar a importância dos indicadores para complementar o monitoramento dos ODS, medindo como suas metas e aplicações estão ocorrendo a nível municipal. Já o segundo trata de apontar as possíveis lacunas de monitoramento dos ODS que podem ocorrer seja pelo não ajuste dos indicadores as demandas territoriais e culturais dos municípios.

Para desenvolver o tema, primeiro se refletiu sobre a importância das cidades para os ODS e dos ODS para as cidades. Depois abordou-se a relevância dos indicadores municipais para estabelecer estratégias e ajudar nas tomadas de decisão. E por fim, destacou-se a importância dos indicadores para se realizar o desenvolvimento territorial de modo sustentável.

2. A importância das cidades para se atingir os ODS

As ações das prefeituras municipais, em parceria com o setor privado e as organizações da sociedade civil, como Organizações Não Governamentais (ONGs), universidades, fundações, movimentos sociais, entre outros, são estratégicas e de grande importância para a implementação dos objetivos de sustentabilidade, uma vez que é nas cidades que estão concentrados os crescimentos populacional e econômico.

Conforme relatório da ONU-Habitat de 2018, estima-se que 54% da população mundial, ou seja, cerca de 3,7 bilhões de pessoas, vivem em cidades ou em centros urbanos, e esse percentual pode chegar a 60% em 2030. As cidades são locais de investimentos, inovação e industrialização, estima-se que 80% do PIB global; 70% da energia e dos recursos naturais consumidos; e 70% das emissões globais de carbono são de responsabilidade da população urbana (ONU-HABITAT, 2018, p. 8). Esse cenário faz com que as cidades tenham um papel central tanto no enfrentamento dos desafios emergentes, quanto na implementação dos ODS visando o desenvolvimento sustentável.

A interface entre a Agenda urbana (do município) e a Agenda 2030 pode ser monitorada por meio de indicadores sociais, ambientais e econômicos que auxiliam na identificação dos desafios a serem enfrentados, bem como na difusão de boas práticas já adotadas.

Para se atingir os objetivos propostos para 2030, os governos e a sociedade civil, passam por sucessivos processos de territorialização de suas metas e, sobretudo, dos indicadores. É esse processo que faz com que diretrizes e objetivos se tornam ações e políticas concretas em direção ao bem estar das populações locais e às transformações nas formas pelas quais as sociedades se organizam para produzir e consumir, em direção à sustentabilidade.

Entende-se por território o espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento, onde soma-se a natureza mais a cultura por meio da política, e que vem sendo objeto de ações tanto de iniciativas da própria sociedade, através de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades privadas, como de políticas públicas (FLORES, 2006).

Tratado inicialmente nas ciências naturais, onde estabeleceu a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física, o conceito de território posteriormente foi incorporado pela geografia, que relaciona espaço, recursos naturais, sociedade e poder. Em seguida, diversas outras disciplinas passaram a incorporar o debate, entre elas a sociologia, a antropologia, a economia e a ciência política (NASCIMENTO, 2021).

É importante destacar a diferenciação conceitual entre o espaço e território. Raffestin (1993) considera que o conceito de espaço é relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. Por outro lado, no conceito de território incorpora a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores, ou seja, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço, tanto física como simbolicamente, e por isso é denominado um processo de construção social.

O território é um espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço. O território é delimitado pela identidade, pelo interesse comum na resolução de um problema ou resultado esperado: delimitação de uma área na qual os atores ou grupos sociais exercem domínio e possuem o interesse comum de proteger, preservar, valorizar o que tem “de seu” neste espaço, seja na esfera cultural, histórica, ambiental, das potencialidades econômicas, etc. (ALBAGLI, apud Raffestin, 1993, p. 18).

Pensar no desenvolvimento territorial implica considerar os fatores de dinamismo, diferenciação e competitividade. Para cada território é necessário um modelo próprio de

desenvolvimento, onde deverão ser consideradas as redes de atores locais, as dotações naturais (recursos naturais renováveis e não renováveis), a infraestrutura existente, o capital humano (conhecimento, habilidade e competência das pessoas), o capital social (níveis de confiança, cooperação, organização e participação social), a cultura empreendedora (níveis de autoestima, autoconfiança, capacidade de iniciativa), além da capacidade de atrair investimentos, as potencialidades, vocações e oportunidades, as vantagens comparativas e competitivas, entre outros fatores (LABIAK JR, 2021).

Nesse sentido, são várias as dimensões para a construção social do desenvolvimento territorial, onde se integram as diversas racionalidades – econômica, social, ecológica, cultural e política – que compõem as sociedades, marcadas pelos conflitos locais e pela busca da cooperação através da negociação dos atores (STRAUHS, 2021).

Por isso, um procedimento necessário para efetivar a aplicação dos ODS no municípios é adaptar as metas aos problemas e prioridades locais para se manter a coerência com as culturas locais, bem como com os planos municipais. Tarefa desafiadora frente aos 5.568 municípios, a extensão territorial e a diversidade regional do Brasil.

No Brasil, o debate em torno do desenvolvimento sustentável adquiriu expressão quando o governo federal, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e organizações da sociedade civil, mobilizou esforços em prol do alcance dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e criou, em 2004, a Campanha “Nós Podemos – 8 Jeitos de Mudar o Mundo” (IPEA, 2014).

Visando estimular a municipalização dos ODM, foi lançado em 2013 pelo governo federal a “Agenda de Compromissos ODM – 2013-2016” que intentava pactuar a cooperação dos gestores municipais e representações da sociedade civil em torno do alcance dos indicadores e os prazos para o cumprimento dos objetivos. Também foram realizadas outras frentes de ação como o projeto Gestão Municipal e Objetivos do Milênio, feitos em parceria com o PNUD e a Organização Não Governamental Agenda Pública (BRASIL, 2013)¹.

Com a transição dos ODM para os ODS, a Organização das Nações Unidas deu continuidade à sistematização de metas e definição de indicadores para monitorar o alcance dos

¹ Foi criado no Brasil o Portal ODM, uma plataforma *online* que apresentava a evolução dos indicadores para os oito objetivos e a situação do município quanto ao cumprimento dos objetivos e respectivas metas. As boas práticas recebiam selo e premiação das Nações Unidas. No final de 2018, foi lançada a Plataforma Digital ODS, em substituição ao Portal ODM, com uma metodologia em consonância com os padrões internacionalmente estabelecidos pela ONU. A plataforma disponibiliza diversos indicadores para o acompanhamento da Agenda 2030 no Brasil, em todas as áreas dos desenvolvimento sustentável. Disponível em <http://portalods.com.br/>. Acesso em 21 de maio de 2021.

objetivos globais em torno do desenvolvimento sustentável. Inspirados nesses objetivos surgiram diversas iniciativas que buscam fomentar a construção de um novo modelo de cidades, baseadas na promoção da justiça social por meio de um marco de desenvolvimento sustentável. Para isso ocorrer, as gestões locais devem ser norteadas por um modelo de planejamento com visão de futuro, construído e monitorado por meio de indicadores sociais e ambientais, fornecendo condições para a municipalização da Agenda 2030, associando a agenda das políticas públicas urbanas e municipais com os objetivos comuns definidos em âmbito global.

Os indicadores são um meio de contribuição para se territorializar os ODS nos municípios dando a eles maior aderência à vida cotidiana dos cidadãos, pois ao desenvolver e estimular os municípios brasileiros a produzir novas informações, os indicadores contribuem para o maior conhecimento relacionado ao cumprimento dos objetivos (JANUZZI; DE CARLO, 2018).

A formulação e implementação de políticas públicas em torno do desenvolvimento sustentável é complexa no âmbito municipal e merecem ser estudadas para se levantar os desafios que os municípios brasileiros enfrentam para tornar as cidades mais inclusivas e sustentáveis, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os indicadores ajudam na coordenação de ações das secretarias municipais e nos projetos de desenvolvimento territorial local articulados às metas e objetivos dos ODS.

3. Conclusão

Compreender as noções e conceitos que conduzem o território como identidade cultural, é o primeiro passo para se estabelecer políticas ou ações de desenvolvimento para a valorização de produtos e serviços locais. Para isso é necessário estabelecer relações entre estratégias de desenvolvimento territorial com identidade cultural e a sustentabilidade deste processo de desenvolvimento, desde uma abordagem econômica, social, ecológica, cultural e política.

Os ODS propõem a parceria entre atores institucionais, governos e sociedade civil para que sejam feitas as escolhas certas na trajetória socioeconômica e ambiental dos países e no interior desses, em seus municípios. A orientação é para que todos os países adotem medidas que ampliem a qualidade de vida da população e que enfrentem os desafios ambientais do planeta.

Os avanços representados pelos ODS, configurou a incorporação de agendas e preocupações relacionadas a sustentação da vida no planeta. Segundo o conteúdo do documento que constituiu a Agenda 2030, os ODS avançavam em áreas essenciais para o planeta e a humanidade. Os objetivos são integrados e indivisíveis, e buscam equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a ambiental, a econômica e a social, nas quais considera-se que devem ser incluídas as dimensões territoriais e culturais, pois para um município alcançar um nível de desenvolvimento sustentável é importante que essas duas últimas dimensões sejam consideradas para que os efeitos sejam satisfatórios para a realidade local.

Em que pese o tema da municipalização dos ODS não ser novo, pois já existem vários estudos produzidos com a intenção de identificar e mensurar os resultados da municipalização dos ODM, bem como dos ODS, em gestões municipais, ainda se faz necessário estudar municípios com instrumentos adequados que considerem as diferentes realidades locais, para propiciar o levantamento de dados que apoiem as estratégias e as tomadas de decisão voltadas ao território. O próprio sentido de território pode ser utilizado de diferentes formas, o que implica em objetivos e resultados distintos para a implementação de ações para o desenvolvimento territorial, promovendo um processo que busque a construção da sustentabilidade do desenvolvimento.

4. Bibliografia

BRASIL. Governo Federal. **Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Governo Federal e Municípios 2013-2016**: municípios fortes país sem miséria. 2013. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/odm/agenda_de_compromissos_dos_objetivos_de_desenvolvimento_do_milenio_2013_2016.pdf Acesso 21 de maio de 2021.

DENARDI, R. A.; HENDERIKX, E. M. G. J.; CASTILHOS, D. S. B.; BIANCHINI, V. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Paraná**. Curitiba: Emater, 2012.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento**: uma visão do estado da arte. 2006. Disponível em: http://www.fidamerica.org/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.pdf.>. Acesso 21 de maio de 2021.

IPEA. **Agenda 2030. ODS-Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Relatório Nacional de Acompanhamento/ Coordenação. Brasília, 2018.

Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?searchword=Agenda+2030+ODS&ordering=categor&y&searchphrase=all&Itemid=32&option=com_search. Acesso 21 de maio de 2021.

JANUZZI, Paulo de Martino. DE CARLO, Sandra. “Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI”. Bahia, **Análise & Dados**, 28(2): 6–27, 2018.

LABIAK JUNIOR, Silvestre. **O desenvolvimento de Sistemas Regionais de Inovação sob a ótica da cocriação**. Curitiba: Notas de aula do PPGTE [mimeo], 28 de abril de 2021.

NASCIMENTO, Décio. **Territorialidade e Sustentabilidade**. Curitiba: Notas de aula do PPGTE [mimeo], 10 e 24 de março de 2021.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 70 anos. A ONU forte. Um Mundo Melhor. Nova York: 2015.

ONU-HABITAT. DG 11 Synthesis Report 2018: Tracking progress towards Inclusive, Safe, Resilient and Sustainable Cities and Human Settlements. Nairobi, Kenya. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômica ecológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>. Acesso 21 de maio de 2021.

STRAUHS, Faimara do Rocio. **Ba – contexto capacitante- as redes e a gestão do conhecimento**. Curitiba: Notas de aula do PPGTE [mimeo], 14 de abril de 2021.

WCED. Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland). 1987.

Recebido em 17/06/2021

Aprovado em 26/06/2021